



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 950/XII/3.^a

Recomenda ao Governo a manutenção do Hospital Distrital de Águeda

I

O Hospital de Águeda, inaugurado em 1922 assegurava às populações um conjunto de serviços autónomos de cirurgia e radiologia e tinha um anestesista, um otorrinolaringologista e um transfusionista.

Com o objetivo de assegurar de uma forma mais eficaz a cobertura hospitalar da parte sul do distrito de Aveiro, foi criado pelo Decreto Regulamentar nº3/79, de 24 de Fevereiro o Centro Hospitalar Aveiro-Sul, constituído por duas unidades hospitalares já existentes: os Hospitais de Aveiro e Águeda. Com o crescimento das instituições surge a necessidade de cada uma assumir a sua própria autonomia que, seria mais tarde, consignada no Decreto Regulamentar nº18/87 de 4 de Março, passando o Hospital de Águeda a ser classificado como distrital, dotado de autonomia administrativa e financeira.

Em 1988, começa-se a realizar meios complementares de diagnóstico e terapêutica para fora, isto é, para utentes externos ao Hospital Distrital de Águeda (HDA), sendo também neste ano que se começam a diversificar os serviços oferecidos. Contudo neste ano, encerra a maternidade.

Em 1990, é modificada a estrutura e organização do hospital - os serviços generalistas de enfermarias homens e enfermarias mulheres, dão lugar a serviços, por especialidades: medicina; cirurgia; ortopedia, pediatria, cardiologia, psiquiatria, fisioterapia e oftalmologia.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Este hospital foi sujeito a várias obras de beneficiação, tendo sido concluída em 1998 a última fase de beneficiação que contemplou o bloco operatório, sala de cuidados intermédios, pediatria, radiologia, farmácia, laboratório e hospital de dia (cirurgia de ambulatório, oncologia, pediatria, fisioterapia, tratamento de dor crónica e reumatologia).

II

Nos últimos tempos, o Hospital de Águeda encerrou um conjunto alargado de serviços e valências que restringe o acesso aos utentes aos cuidados de saúde, nomeadamente o serviço de cirurgia; o serviço de especialidades médicas; o internamento em cardiologia; a patologia clínica; a farmácia; os exames complementares de diagnóstico em cardiologia; a ortopedia e no serviço de urgências as valências de cirurgia, a ortopedia e o apoio laboratorial.

Para além da perda de serviços e valências fundamentais para os utentes, as obras de requalificação do serviço de urgências previstas já não se vão realizar.

A decisão de reduzir e encerrar serviços e valências no Hospital de Águeda trata-se de uma imposição do Governo, ignorando propositadamente a opinião das autarquias, dos profissionais de saúde e das populações.

A Petição nº 280/XII/2ª, intitulada "Pelo Hospital de Águeda e melhor saúde na região", com mais de dez mil assinaturas, demonstra bem o descontentamento da população com o esvaziamento do Hospital de Águeda.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

III

A redução de valências e serviços do Hospital de Águeda insere-se no processo de desmantelamento e destruição do Serviço Nacional de Saúde levado a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP, impedindo que os utentes e doentes tenham acesso aos cuidados de saúde mais diferenciados e mais próximo da sua área de residência. Os utentes são “empurrados” para o Hospital de Aveiro, onde os custos com a deslocação podem constituir na prática um impedimento para acederem à saúde.

A situação em que se encontra o Hospital de Águeda é consequência das políticas de desinvestimento de sucessivos governos na área da saúde e que o atual Governo tem aprofundado, refletindo-se no encerramento de serviços, na suspensão de investimentos ao nível das instalações (requalificação) e na privatização de serviços públicos.

Contrariamente ao que o Governo apregoa, a política de redução e encerramento de serviços e valências nas unidades hospitalares não contribui para a melhoria do acesso aos cuidados de saúde pelos utentes, muito pelo contrário, dificulta o acesso. O verdadeiro objetivo é reduzir despesa à custa da saúde dos utentes.

A atual política na área da saúde não se trata de nenhuma inevitabilidade. Para além de uma imposição do Pacto de Agressão da troica, trata-se antes de mais de uma clara opção política e ideológica do Governo PSD/CDS-PP, de atacar o Serviço Nacional de Saúde. O Governo pretende impor uma saúde em função dos rendimentos e/ou da origem social dos portugueses, com uma saúde para ricos, onde asseguram todos os cuidados de saúde e uma saúde para pobres, onde garantem somente um “pacote mínimo de serviços”.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Em defesa do direito à saúde e por um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e de qualidade, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a manutenção do Hospital Distrital de Águeda, repondo os seus serviços e valências. Propomos ainda a avaliação das necessidades de saúde da população, auscultando os utentes, os profissionais de saúde e as autarquias, assim como o reforço dos profissionais de saúde.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PCP propõem que a Assembleia da República adote a seguinte:

Resolução

A Assembleia da República recomenda ao Governo que:

1. Mantenha em funcionamento o Hospital Distrital de Águeda e que reponha os serviços e valências retirados.
2. Avalie as necessidades de saúde da população, atendendo às suas características, mas considerando também as acessibilidades e mobilidades, assim como condições económicas.
3. Dote o Hospital Distrital de Águeda dos profissionais de saúde necessários para assegurar a prestação de cuidados de saúde de que a população necessita, integrando-os numa carreira da função pública, por tempo indeterminado.

Assembleia da República, 14 de Fevereiro de 2014

Os Deputados

PAULA BAPTISTA; PAULA SANTOS; BRUNO DAIS; JOÃO OLIVEIRA; CARLA CRUZ;
JORGE MACAHDO; JOÃO RAMOS; PAULO SÁ; DAVID COSTA; RITA RATO;
FRANCISCO LOPES